

-----**ATA N.º 10/2013**-----

-----Aos 22 dias do mês de abril de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi apresentado requerimento do Senhor Vereador António Silva, com entrada n.º 1419, a informar que se encontrava de férias, no período de 15 a 19 de Abril, ficando justificada a falta dada à reunião do dia 17 de Abril.-----

-----Foram também consideradas justificadas as faltas dadas à reunião de 17/4/2013, dos Senhores Vereadores, João Duarte, por motivos profissionais e José Luís Saúde Cabral, por estar em representação do Município.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20/03/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 8, da reunião ordinária do Executivo de 20/3/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03/04/2013**-----

-----Foi presente ata n.º 9, da reunião ordinária do Executivo de 3/4/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente na referida reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** começou por referir que a estrada EN16 Fornos – Celorico, está em muito mau estado, situação que piorou devido ao mau tempo. -----

-----Pretendeu ainda saber se o Executivo já tinha reunido com o Clube de Vale de Azares, relativamente à situação das obras nos balneários, uma vez que esse assunto ficou pendente numa das últimas reuniões de Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente à estrada EN16 informou que a autarquia começou a realizar trabalhos de conservação e manutenção, não o tendo feito anteriormente devido ao mau tempo que se

fez sentir. No que diz respeito à Associação de Vale de Azares, informou que, foi agendada uma reunião para analisar o assunto. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto: -----

-----**QUARTA ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2013.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2012**-----

-----Sobre o assunto foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de 12/4/2013, com registo interno n.º 1312, submetendo à análise e apreciação do Executivo, os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2012, documento cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o ano de 2012 caracterizou-se por um ano de cortes e regras diferentes, com cortes nas transferências estatais, que foram alterando as despesas correntes e de capital. Foi também o ano da Lei dos Compromissos e do PAEL.-----

-----Disse que o valor das despesas correntes foi superior ao das receitas correntes, situação que vem acontecendo desde 2002, ano da implementação do POCAL. Esta situação prende-se com a incapacidade do Município gerar receitas próprias, estando quase exclusivamente dependente dos fundos estatais. -----

-----Referiu que a execução orçamental é sempre afetada pela transferência de dívida de anos anteriores. No ano de 2012, as percentagens fixaram-se 44,45%, na despesa e 45,02%, na receita, havendo um aumento relativamente ao ano anterior.-----

-----Relativamente a despesas com Pessoal, a autarquia, está abaixo dos limites exigidos por lei. Houve uma redução das despesas com pessoal, resultado dos contratos de pessoal a termo, com o cancelamento em Julho de 2011, da transferência de competências do pessoal não docente e com a aposentação de alguns funcionários. Contribuiu, também, para esta redução da despesa, o facto de no ano de 2012 ter havido cortes nos subsídios de férias e de Natal de alguns funcionários.-----

-----Referiu que, em matéria de endividamento, as autarquias têm a obrigação de fazer contenção de custos, tendo a imposição de reduzir 10% dos seus níveis de endividamento. Disse que a Câmara de Celorico da Beira, sem qualquer tipo de financiamento externo, conseguiu reduzir 26,61%, revelando-se uma meta muito boa face aos limites previstos. Situação que se fica a dever, também ao facto de a autarquia ter conseguido taxas de execução históricas, em matéria de candidaturas, não tendo desperdiçado essa receita.-----

-----Os resultados do Município registaram um valor positivo de 291.988€. Este aumento deve-se, essencialmente, à diminuição dos custos em geral e nomeadamente os custos com o pessoal em cerca de 708.000€.-----

-----Em matéria de Balanço, referiu que, a autarquia apresenta uma evolução positiva e a evolução teria sido bastante visível em 2011, caso não tivessem incluído a habitação social. Situação que se arrasta desde 2005, dada a complexidade do processo que se encontrava instruído à data da tomada de posse do novo Executivo. Em 2012, apesar da influência da introdução desse custo, os resultados operacionais traduzem a otimização dos recursos, cifrando-se em 533 mil euros positivos.-----

-----Segundo o Senhor Vereador a autarquia face aos recursos que dispunha, efetuou uma gestão patrimonial adequada.-----

-----Na gestão de obra, foi feita uma administração adequada, para a qual contribuiu a comparticipação das taxas cofinanciadas, sendo na maioria de 85%, à exceção dos caminhos rurais. Mencionou que o aumento da taxa de cofinanciamento foi um prémio para o exercício de 2012. -----

-----No que diz respeito ao relatório do ROC, existe uma reserva relativamente a um número significativo de bens não valorizados ou não amortizados, referindo que não se pronunciariam sobre os efeitos destas situações nos ativos, fundos próprios e resultados do exercício. -----

-----Na sua opinião, o Executivo deve acatar esta reserva, mas esta situação não tem grande peso em matéria de resultados, consequência das novas avaliações do IMI. -----

-----Referiu que a ênfase 9.2) relativamente à EMCEL deve ser analisada em conjunto com o parecer do ROC da EMCEL, que diz que esta empresa cumpriu os requisitos constantes do artigo 62.º, da Lei n.º 50/2012, de 31/8. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano financeiro de 2012. -----**

-----**Mais deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2012. -----**

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, porque esta Prestação de Contas revela e evidência a má gestão a que foi sujeita esta Câmara Municipal nos últimos anos.” -----

-----1.1 **ASSUNTO: ADJUDICAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE REEQUILÍBRIO**-----

-----Foi presente relatório de análise de propostas de empréstimos para reequilíbrio financeiro do Município de Celorico da Beira, num montante de 19.707.408€. As propostas apresentadas foram as seguintes:-----

	Montante	Spread	Taxa	Prazo	Prestações	Carência
CGD	14.000.000,00€	6,25%	Euribor 6m	15 anos	Mensais	6 meses
BCP	1.000.000,00€	6,00%	Euribor 6m	20 anos	Semestrais	1 ano
CCAM	3.000.000,00€	6,50%	Euribor 6m	20 anos	Mensais	Sem carência
Santander	511.000,00€	6,25%	Euribor 6m	20 anos	Mensais	1 ano
Total	<b>18.511.000,00€</b>					

-----Informam que tendo em conta que o valor das propostas é inferior ao montante necessário é recomendado que sejam adjudicados todas as propostas apresentadas.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a autarquia fez uma consulta à banca que respondeu de uma forma positiva. Salientou que o estudo de reequilíbrio tem algum passivo de médio e longo prazo, que não será alterado. Os 19.707.408€ somado ao montante do PAEL totaliza os 25 milhões que figuravam no plano como sendo o montante necessário para reorganização do passivo. O total dos empréstimos de 18.511.000,00€ é suficiente, na medida em que houve uma redução na despesa, não sendo necessário recorrer a um reforço dos pedidos à banca.-----

-----Esclareceu que foi enviada aos bancos a proposta de 19.707.408,00€ e cada um dos bancos apresentou a sua quota-parte para a resolução do problema. Informou que se trata de um consórcio de bancos.-----

-----Referiu que em sede do PAEL a libertação de verbas é feita em três tranches: -----

-----A primeira no valor de 60% do montante financiado, após obtenção do visto do Tribunal de Contas; -----

-----A segunda no valor de 20% do montante financiado, após apresentação dos instrumentos previsionais aprovados e a comprovação do pagamento integral das dívidas elegíveis abrangidas pelo anterior financiamento; -----

-----A terceira no valor de 20% do montante financiado, após comprovação do pagamento integral das dívidas elegíveis abrangidas pela 2.ª tranche. -----

-----Situação que não acontece com o empréstimo do reequilíbrio, uma vez que é disponibilizado num todo, contudo, também está sujeito ao visto do Tribunal de Contas. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que uma vez que o PAEL será para pagar a dívida a fornecedores, pretendeu saber se o critério de pagamento era a antiguidade. -----

-----Pretendeu ainda saber, quando é que iriam pagar aos fornecedores do concelho. -----

-----Disse que, uma vez que o empréstimo do PAEL é inferior ao que tinha sido indicado, deduz-se que haverá dívidas a fornecedores que não serão contempladas. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que o financiamento da banca irá liquidar o que resta do PAEL, bem como organizar o passivo de médio e longo prazo e que o critério de pagamento é a antiguidade da dívida. -----

-----Quanto aos fornecedores do concelho, informou que a autarquia não está dependente do PAEL para regularizar essas situações, uma vez que essa dívida está na sua maioria liquidada, ou contemplada com plano de pagamentos. Referiu que os fornecedores do concelho foram sempre uma prioridade para este Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que não percebe esta explicação, porque a ser como o Senhor Vereador António Silva referiu, a adesão ao PAEL seria desnecessária, uma vez que a autarquia já regularizou a dívida.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, adjudicar: -----

-----À CGD o montante de 14.000.000,00€ (catorze milhões de euros), com juro indexado à Euribor a seis meses e nas demais condições incluídas na proposta apresentada; -----

-----Ao BCP o montante de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), com juro indexado à Euribor a seis meses e nas demais condições incluídas na proposta apresentada; -----

-----À CCAM o montante de 3.000.000,00€ (três milhões de euros), com juro indexado à Euribor a seis meses e nas demais condições incluídas na proposta apresentada; -----

-----Ao Santander o montante de 511.000,00€ (quinhentos e onze mil euros), com juro indexado à Euribor a seis meses e nas demais condições incluídas na proposta apresentada.-----

-----Mais deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.-----

## -----1.2 ASSUNTO: APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO DO PAEL -----

-----Foram presentes, para aprovação, as condições contratuais constantes da minuta de contrato de empréstimo do “Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)”, cuja cópia do documento se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----



-----Nos termos propostos e reciprocamente aceites, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar as condições contratuais constantes da minuta de contrato de empréstimo relativa ao “Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)”, celebrado entre o Município de Celorico da Beira e o Estado Português. -----

-----Mais deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----**1.3 ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE APROVAR EVENTUAIS ALTERAÇÕES AOS ANEXOS E CONTRATO DO PAEL** -----

-----Tendo em conta que os anexos do PAEL poderão sofrer alterações por exigência do Tribunal de Contas e da Direção Geral do Tesouro, a Câmara deverá autorizar o Presidente da Câmara, para aprovar eventuais alterações aos anexos, bem como ao contrato do PAEL, de forma a agilizar o processo de visto junto do Tribunal de Contas. -----

-----Neste pressuposto, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, autorizar o Senhor Presidente da Câmara a aprovar eventuais alterações aos anexos e ao contrato do PAEL. -----

-----**2. EMCEL**-----

-----**ASSUNTO: PRESTAÇÕES DE CONTAS DE 2012**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe, que se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que face ao orçamento apresentado para o exercício económico de 2012, a EMCEL teve um comportamento abaixo do que era esperado, em matéria de vendas e prestações de serviços. A EMCEL tem três unidades de venda (Centro Coordenador de Transportes, Solar do Queijo e Lagar Municipal), que mantiveram o seu volume de vendas, com exceção do Lagar Municipal que reduziu muito o seu volume de faturação, fruto da crise que atravessa o setor da restauração. -----

-----Referiu que a recuperação financeira da EMCEL, dado o carácter marcadamente social das suas atividades, depende muito da forma como o Município disponibiliza meios financeiros, não só para compensar as atividades desenvolvidas, como para a manutenção de equipamentos altamente dispendiosos, mas também para fazer face aos compromissos financeiros assumidos pela EMCEL. Frisou, no entanto, que esta subsidi dependência decresceu significativamente nos últimos anos. -----

-----Face a esta realidade, nos resultados operacionais verifica-se um aumento de 48.350,33€, em relação ao período análogo. -----

-----Nos resultados financeiros houve um aumento de 40.910,74€, em comparação com o ano transato e de 42.031,00€, em relação ao orçado. ---

-----Referiu que no Resultado Líquido do Exercício há uma diminuição em relação ao período anterior, embora o previsto tenha sido superior. -----

-----Disse que no relatório de fiscalização do ROC é feita uma chamada de atenção para a necessidade do sistema de controlo interno ser alargado a todas as áreas/atividades da Empresa, nomeadamente no controlo e gestão de *stocks*, através de uma eficiente utilização dos meios informáticos. Relativamente a este assunto, informou que a Administração adquiriu para o Solar do Queijo, um *software* que regista o produto aquando da compra e permite fazer uma gestão criteriosa, registando as oscilações de peso que sofre ao longo do processo de cura, bem como, os abates. Alertou para a necessidade deste processo ter continuidade, com responsabilização por parte dos trabalhadores, para a sua aplicação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que existe uma tendência de diminuição muito clara das vendas e prestação de serviços. Frisou que este ano a EMCEL está no limite do encerramento, se nada for feito corre sérios riscos para o próximo ano. Referiu que da análise que fez às contas da Empresa Municipal não viu qualquer linha de orientação para inverter esta tendência, a única medida que o ROC aponta passa pela redução de pessoal. -----

-----Pretendeu saber o que é que o Senhor Presidente da Câmara pretende fazer com a EMCEL, porque poderá não fechar este ano, mas estão as condições criadas para que encerre a curto prazo.-----

-----Relativamente ao *software* adquirido para o Solar do Queijo, disse que sempre foi comprado e vendido queijo nesta unidade e se não estavam a fazer esse controlo deviam tê-lo feito. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o problema deste Executivo foi o dos anteriores, porque houve um Executivo que criou esta Empresa sem objetivos de produtividade.-----

-----Em matéria de prestação de serviços tem vindo a reduzir, porque a autarquia subcontratava à EMCEL serviços na área educativa, o que deixou de fazer, dado a transferência de competências ter terminado. -----

-----Disse que preocupar-se-ia se as vendas reduzissem, o que não é o caso, a EMCEL até demonstrou um comportamento positivo, houve um ligeiro decréscimo no Lagar Municipal, por força da economia familiar e empresarial, mas no Solar do Queijo, por exemplo, aumentou.-----

-----Quanto à questão, sobre o que fazer com a EMCEL, concorda que é uma preocupação, porque estão famílias envolvidas, mas um facto inquestionável é que herdaram esta empresa com 1,8 milhões de euros negativos e com um quadro de pessoal pesadíssimo. Atualmente tem menos 30% de funcionários do que tinha em 2005 e reduziu a subsidiodependência.-----

-----Disse que afirmar que se resume a “má gestão” não é verdade, basta comparar os índices de 2005 a 2012, facilmente se verifica que a empresa evoluiu positivamente sendo das poucas que não encerrará, face às imposições da lei. -----

-----Concorda, que de facto, a Administração da EMCEL, em conjunto com o Executivo deve analisar o futuro desta empresa, podendo o futuro impor internalização de pessoal no município; migrar serviços ou concessionar serviços. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a “má gestão” foi no sentido em que, de 2011 para 2012, houve uma redução de Pessoal, que aconteceu por imposição, porque durante anos, essa não foi uma preocupação da Administração da EMCEL. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** corrobora das palavras do Senhor Vereador Victor Santos. De facto de 2005 a 2012 não se viram grandes alterações, quanto a esta ser a melhor empresa do distrito, coloca sérias reservas. Referiu que Fornos de Algodres é uma Câmara que também está em reequilíbrio financeiro e tem as piscinas a funcionar. A Administração da EMCEL encerrou as piscinas, acabou com o cinema, dizer que é a melhor empresa do distrito, parece-lhe excessivo. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que, desde 2005, até hoje, a redução no contrato programa foi muito significativa, fixando-se em meio milhão de euros. -----

-----Disse que relativamente à EMCEL importa é pensar-se no global, as decisões têm que ser tomadas para além da simples aritmética, existem famílias que influenciam esta equação e que dependem desta Empresa. ----

-----Referiu que é uma Empresa que a nível do distrito poderá não ser um exemplo, mas em termos de redução da dívida, tem tido um bom comportamento e é essa a linha de orientação que pretendem continuar. ----

-----Relativamente aos equipamentos, informou que a Administração tem feito a sua gestão o melhor que pode, todos estão a funcionar, à exceção das piscinas. O Centro Cultural está em funcionamento, não tem havido é cinema. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** começou por dizer que espera que entendam as suas críticas, como construtivas. -----

-----Mencionou que a Empresa tem equipamentos que versam o lucro mas outros que são de carácter social e que na sua opinião fazem falta ao concelho, como é o caso das piscinas municipais. Disse que no ano passado o Executivo andava a discutir, por esta altura, um montante, para um “Festival Andanças”, questiona se esse dinheiro não poderia ter sido canalizado para colocar as piscinas em funcionamento. -----

-----Pretendeu saber o que está previsto para que esta situação seja alterada e o que vão fazer para que a empresa continue a evoluir positivamente e passe a disponibilizar aos munícipes os equipamentos que gere. - -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por felicitar o Conselho de Administração da EMCEL pela gestão que promoveu ao longo destes últimos anos, atingindo uma redução do contrato de exploração de 850 mil para 350 mil euros. -----

-----Relativamente aos espaços que a Empresa gere, informou que há 8 anos atrás, estavam abandonados, as piscinas estavam inoperacionais, bem como o Centro Cultural e o Lagar Municipal, o Bar do Jardim era um Espaço Internet. A Câmara investiu na sua recuperação e manutenção e colocou-os a funcionar, considera que esta política de manutenção deve ter continuidade para que não haja uma deterioração tão agressiva dos equipamentos. -----

-----Referiu que a taxa de ocupação do Centro Cultural é muito positiva. De facto não estão a ser projetados filmes semanais, mas tem havido

espetáculos de outra natureza, promovidos pela autarquia, bem como pelos parceiros, IPSS's, Agrupamento de Escolas e outros que solicitem o seu uso. Lamenta que os munícipes não adiram às atividades que são promovidas, em maior número. -----

-----Concorda que houve uma retração nas vendas e prestações de serviços, fruto do momento de austeridade que atravessa o país, que provoca a contenção de despesas por parte das famílias e empresas.-----

-----Disse que segundo ROC da EMCEL será necessário que a empresa durante o ano de 2013 dinamize a sua atividade, aumentando os rendimentos e mantendo o controlo das despesas, caso contrário correrá sérios riscos de incumprimento do n.º 1, do artigo 62.º, da Lei n.º 50/2012, de 31/8, o que poderá levar à sua dissolução, durante o ano de 2014. Frisou que o Conselho de Administração teve essa preocupação durante o presente ano e continuará a seguir a mesma linha para o próximo ano, porque manter a EMCEL aberta é um dos objetivos deste Conselho de Administração.-----

-----Relativamente aos Recursos Humanos informou que não existe nenhuma obrigação legal em reduzir pessoal. A redução aconteceu naturalmente, ou por cessação de contratos ou por vontade própria dos trabalhadores.-----

-----É da opinião que o balanço é extremamente positivo e que apesar de todas as vicissitudes, este Conselho de Administração está de parabéns pelo trabalho que desenvolveu.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** é da opinião que terão que equacionar novas formas de rentabilizar os espaços, a custos baixos ou nulos. Deu como exemplo o Lagar Municipal que tem uma envolvente ímpar, que poderia ser rentabilizada com a colocação de uma esplanada no exterior e dinamização de espetáculos.-----

-----Referiu ainda, que, o horário das piscinas poderia ser alargado, de forma a ser usada por um maior número de pessoas. Frisou que, na sua

opinião a abertura das piscinas é essencial, bem mais, do que, por exemplo, o cinema.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que o horário das piscinas já foi alargado. -----

-----Relativamente ao Centro Cultural, disse que quando há uma atividade, tem que haver pessoas a trabalhar no bar, na bilheteira, na sala e depois é necessário compensar horas.-----

-----Deu como exemplo o evento “Bandas em Concerto”, que teve pelo menos 20 atuações ao longo de vários dias, com uma média de 10 pessoas a assistir, com 3 funcionários. A exceção vai para a noite de fados, que tem sempre uma adesão maior. Viseu e Guarda estão muito perto e as pessoas vão para fora assistir a este tipo de espetáculos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que no Lagar já existiu uma esplanada e também foram feitos alguns espetáculos, mas as pessoas não aderem a estas iniciativas. -----

-----Disse que a Empresa por força da redução de pessoal não acabou com nenhum serviço que prestava, continuou com a sua atividade normal. Frisou que a EMCEL está obrigada a cumprir o Código das Sociedades Comerciais e em matéria de consolidação de contas, a EMCEL têm que contribuir para a redução de pessoal, mas não é obrigatório. -----

-----Relativamente às piscinas disse que, analisando sob o aspeto meramente economicista, custam por ano aproximadamente 130 mil euros. Mesmo fazendo atividades e dinamizando ao máximo o resultado será sempre o mesmo. É da opinião que, uma vez que, se trata de um equipamento social, deveria ser transferido para a autarquia.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento e remeteu o mesmo à Assembleia Municipal também para conhecimento.**-----

-----**3. ASSOCIAÇÃO NOVA**-----

-----**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DE CONTAS**-----

-----Foi presente ofício da Associação Nova, datado de 8/4/2013, com registo de entrada n.º 3137, dando conhecimento do valor total do ofertório obtido, através da campanha realizada no concelho de Celorico da Beira. ---

-----**4. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: REQUERIMENTO PARA AUDIÇÃO SOBRE O ENCERRAMENTO DE ESTAÇÕES DE CORREIOS E SOBRE A SITUAÇÃO E FUTURO DA EMPRESA CTT E DO SERVIÇO PÚBLICO POSTAL**-----

-----Foi presente ofício do Grupo Parlamentar do PCP, datado de 5/4/2013, com registo de entrada n.º 3096, remetendo para conhecimento e divulgação o requerimento para a realização de audições, na Comissão de Economia e Obras Públicas sobre o encerramento de Estações de Correios e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal.-----

-----**5. GASODUTO MANGUALDE - CELORICO - GUARDA - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO DE 6/4/2013 A 25/4/2013 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE**-----

-----Foi presente ofício da empresa Soares da Costa, com registo de entrada n.º 2955, de 27/3/2013, a solicitar licença especial de ruído, para a execução do Gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, nas datas de 6/4/2013 a 25/4/2013.-----

-----Sobre o assunto e em conformidade com as informações técnicas, foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Deferido nos termos do parecer técnico da Chefe de Divisão.” -----

-----**A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor “Deferido nos termos do parecer técnico da Chefe de Divisão.” ----**



-----**6. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE**-----

-----**Requerente: Vicência Roxo Pires dos Reis**-----

-----Foi presente requerimento n.º 959, datado de 20/3/2013, relativo ao processo n.º 11/2013/17, em nome de Vicência Roxo Pires dos Reis, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Seixal, freguesia de Salgueirais, inscrito sob o artigo matricial número 301, por o mesmo ter sido construído antes de 1981, data da aplicação do Regulamento das Edificações Urbanas, em toda a área do Concelho.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2003. -----

-----Sobre o assunto foi proferido despacho do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor: “Emita-se certidão e ratifique-se na próxima reunião do Executivo, nos termos do n.º 3, do art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação”. -----

-----**A Câmara, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.**-----

-----**6.1 ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: João Branco Gomes Castelo**-----

-----Foi presente requerimento n.º 978, datado de 02/04/2013, relativo ao processo n.º 11/2013/19, em nome de João Branco Gomes Castelo,

pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua de São Miguel, n.º 19, Soutomoninho, freguesia de Cadafaz, inscrito sob o artigo matricial número 309, por o mesmo ter sido construído antes de 1951, data da aplicação do Regulamento das Edificações Urbanas, em toda a área do Concelho. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1981. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente. -----

-----**6.2 ASSUNTO: SINAIS DE TRÂNSITO A19a**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de Mesquitela**-----

-----Foi presente informação interna n.º 1286, datada de 10/4/2013, dando conhecimento de que a Junta de Freguesia da Mesquitela solicitou a colocação de sinais de trânsito modelo A19a, junto ao ovil do Senhor Carlos Manuel Pereira de Almeida, na localidade de Carvalheda. -----

-----Informam que após deslocação ao local verifica-se a necessidade de serem aprovados e colocados dois sinais A19a “perigo de animais”. -----

-----Face ao exposto e nos termos da lei, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais A19a, junto ao ovil do Senhor Carlos Manuel Pereira de Almeida, na localidade de Carvalheda. -----

**-----6.3 ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "BENEFICIAÇÃO DE CINCO CAMINHOS AGRÍCOLAS NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA"-----**

-----Foi presente informação da Divisão de Obras Particulares e Municipais, com registo interno n.º 1324, datada de 12/4/2013, com o seguinte teor:-----

-----“Relativamente à empreitada “Beneficiação de cinco caminhos agrícolas no Concelho de Celorico da Beira” proponho que seja formalmente constituída a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada:-----

-----Para cumprimento do n.º 2, do artigo 9.º, da Lei n.º 273/2003, de 29/10, conjugado com o artigo 17.º, do mesmo diploma, o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -

-----Para cumprimento do artigo 15.º, da Lei n.º 31/2009, de 3/7, conjugado com o n.º 2, do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização de Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; - -----

-----Para efetuar trabalhos de medição e/ou orçamentos: o Sr. José Mário Coutinho Caldeira e o Sr. Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas; -----

-----Para efetuar trabalhos de topografia: o Sr. José António da Cruz Tomás, Topógrafo; -----

-----Junto se remete para aprovação pelo dono da obra, Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, conforme previsto no artigo 12.º do Decreto-lei n.º 273/2003, de 29/10, que posteriormente será tecnicamente validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde nomeado por V.Ex.<sup>a</sup>. -----

-----Proponho ainda que se submeta para aprovação o Plano de Prevenção Gestão de resíduos de Construção e Demolição.”-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte aceitar a proposta apresentada na informação técnica, integrando a equipa de fiscalização da empreitada “Beneficiação de Cinco Caminhos Agrícolas no Concelho de Celorico da Beira”, os seguintes técnicos:---

-----Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil;-----

-----Diretor de Fiscalização da Obra: Delfina Maria Gil Fonseca, Engenheira Civil; -----

-----Trabalhos de medição e/ou orçamentos: José Mário Coutinho Caldeira e Rui Jorge Achando Gomes, Medidores-orçamentistas; -----

-----Trabalhos de topografia: José António da Cruz Tomás, Topógrafo. -----

-----Mais foi deliberado aprovar o Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

-----**6.4 ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA CARRAPICHANA, COM ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2012 - REDUÇÃO DE CAUÇÃO** -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, com o registo interno n.º 1378, datada de 17/4/2013, referindo que no caso da operação urbanística identificada em epígrafe, foi prestada caução no valor de 162.512,26€, através de garantia bancária da Caixa Geral de Depósitos.

-----O montante da caução é igual ao valor constante dos orçamentos para execução dos projetos das obras a executar e esse montante pode ser reduzido em conformidade com o andamento dos trabalhos a requerimento do interessado, conforme previsto na alínea b), do n.º 4, do artigo 54.º, do RJUE.-----

-----Foi reduzido o montante da caução inicial prestada, por deliberações do executivo de 7/12/2012, 19/12/2012 e 6/2/2013, tendo sido reduzida a

caução inicial num total de 95.768,94€, a autarquia tem ainda uma caução no valor de 66.744,32€. -----

-----Mais informa que foram agora solicitadas novas reduções da caução, através dos ofícios com registos de entrada n.º 1931 de 27/2/2013, n.º 2420 de 13/3/2013 e 3702 de 12/4/2013, perfazendo o seu somatório um valor de 74.941,11€, ultrapassando os 90% do valor inicial da caução. Pelo que não é possível ser concedida a redução solicitada na sua globalidade. -

-----Informa que o montante da caução só pode ser reduzida até 146.261,03€ correspondente a 90% da caução prestada inicialmente. -----

-----Propõe que seja aprovada a redução dos montantes constantes nos ofícios n.ºs 1931 e 2420, que perfazem um valor global de 44.548,42€; -----

-----No que refere ao montante (30.329,69€), cuja redução é solicitada através do ofício n.º 3702, de 12/4/2013, propõe que seja aprovada a redução de apenas 5.943,94€, por forma a garantir a manutenção do valor correspondente aos 10% do valor da caução inicial prestada, como previsto na lei. -----

-----Refere ainda que os 10% do valor inicial da caução (16.251,226€) só podem ser solicitados aquando da receção definitiva das obras de urbanização.-----

-----**Relativamente ao assunto em análise, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a proposta indicada pela Chefe de Divisão, constante da presente informação técnica.**-----

-----**6.5 ASSUNTO: LICENCIAMENTO ZERO - BALCÃO DO EMPREENDEDOR**-----

-----Sobre o assunto foi presente informação da Divisão de Obras Particulares e Municipais, com registo interno n.º 1332, datada de 15/4/2013, dando conhecimento de que o artigo 18.º do Licenciamento Zero (Decreto-lei n.º 48/2011, de 1/4) estipula que a falta de divulgação das taxas

pelo município no Balcão do Empreendedor tem como consequência que não seja devida qualquer taxa. -----

-----Neste pressuposto, propõem que se acrescente ao Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira, os artigos 4.º - A e 113.º, com a redação constante na presente informação técnica, documento cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Informam que nos termos do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação (Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/3) este aditamento ao regulamento municipal é submetido a discussão pública, por prazo não inferior a 30 dias, antes da aprovação pelos órgãos municipais e é objeto de publicação na 2.ª série do Diário da República, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções do Senhores Vereadores Victor Santos e João Manuel Duarte submeter a discussão pública, o aditamento do artigo 4.º - A, no Capítulo I, do Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira, bem como acrescentar, ao anexo do referido regulamento, um Capítulo IX (Balcão do Empreendedor) e um artigo 113.º.** -----

-----**6.6 ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA MORADA DO ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 27/2005**-----

-----**Requerente: Isabel Cristina D'Oliveira Gil do Nascimento** -----

-----Foi presente informação com registo interno n.º 714, datada de 01/03/2013, dando conhecimento que a requerente solicitou que os serviços autárquicos alterem a morada constante no alvará de utilização n.º 27/2005.

-----Informa que o Regulamento Municipal de Toponímia do Concelho de Celorico da Beira não prevê a aplicação de qualquer taxa municipal. No n.º 1, do artigo 18.º, da tabela de taxas do Regulamento de Taxas do Município

de Celorico da Beira, prevê a aplicação de 18,09€ ao pedido de averbamento ao alvará, ao processo ou certidão e no n.º 2, do mesmo artigo, prevê uma taxa de 3,19€, referente ao averbamento ao alvará, ao processo ou certidão, por deferimento expresso ou tácito. -----

-----Sobre o assunto foi solicitado pela Chefe de Divisão, Eng.ª Cristina Martins parecer ao Gabinete Jurídico, referindo a Jurista que é do entendimento que por não constar do Regulamento Municipal de Toponímia expressamente, o pagamento de uma verba/taxa para o averbamento de morada alterada, não será de aplicar o Regulamento de Taxas do Município, por ter sido o Município quem deu o impulso para que fosse efetuada a alteração. Concluindo que face à situação excecional originada pela decisão da administração, devem os particulares ficarem isentos desses pagamentos. -----

-----**A Câmara, face aos pareceres dos técnicos constantes da presente informação, deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, isentar a requerente do pagamento de taxas relativas à alteração de morada do alvará de utilização n.º 27/2005.** -----

-----**6.7 ASSUNTO: EMISSÃO DA 2.ª VIA DO ALVARÁ DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO N.º 1/99 E AVERBAMENTO DE MORADA** -----

-----**Requerente: Jean Claude Caçador Lourenço** -----

-----Foi presente informação com registo interno n.º 713, datada de 01/03/2013, dando conhecimento que o requerente solicitou que os serviços autárquicos alterem a morada constante no alvará de utilização n.º 1/99. ----

-----Informa que o Regulamento Municipal de Toponímia do Concelho de Celorico da Beira não prevê a aplicação de qualquer taxa municipal. No n.º 1, do artigo 18.º, da tabela de taxas do Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira, prevê a aplicação de 18,09€, ao pedido de averbamento ao alvará, ao processo ou certidão e no n.º 2, do mesmo

artigo, prevê uma taxa de 3,19€, referente ao averbamento ao alvará, ao processo ou certidão, por deferimento expresse ou tácito. -----

-----Sobre o assunto foi solicitado pela Chefe de Divisão, Eng.ª Cristina Martins parecer ao Gabinete Jurídico, referindo a Jurista que, é do entendimento que, por não constar do Regulamento Municipal de Toponímia, expressamente, o pagamento de uma verba/taxa para o averbamento de morada alterada, não será de aplicar o Regulamento de Taxas do Município, por ter sido o Município quem deu o impulso para que fosse efetuada a alteração. Concluindo que face à situação excecional originada pela decisão da administração, devem os particulares ficarem isentos desses pagamentos.-----

-----**A Câmara, face aos pareceres dos técnicos constantes da presente informação, deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, isentar o requerente do pagamento de taxas relativas à alteração de morada do alvará de utilização n.º 1/99.**-----

-----**7. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E O SENHOR JOSÉ DOS SANTOS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 1283, datada de 10/4/2013, remetendo para ratificação o contrato de comodato celebrado entre a Câmara Municipal e o Senhor José dos Santos, relativo à cedência do imóvel pré-fabricado n.º 73, sito na Rua Dr. António Carlos Borges, n.º 5, em Celorico da Beira. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, ratificar o contrato de comodato, celebrado**



**entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Senhor José dos Santos, relativo à cedência do imóvel pré-fabricado n.º 73, sito na Rua Dr. António Carlos Borges, n.º 5, em Celorico da Beira.**-----

-----**7.1 ASSUNTO: REVISÃO ANUAL DOS PROCESSOS COM BONIFICAÇÕES DE ÁGUA**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 1323, datado de 12/4/2013, dando conhecimento dos processos que beneficiam de isenção de tratamento de esgotos (taxa de conservação e tarifa de saneamento), de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, capítulo VII, artigo 46.º, n.º 8. -----

-----**7.2 ASSUNTO: ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO E TARIFA DE SANEAMENTO, COLOCAÇÃO DE CONTADOR E LIGAÇÃO DE RAMAL**-----

-----**Requerente: José António dos Anjos Domingos**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 1307, datada de 12/4/2013, dando conhecimento de que o munícipe identificado na mencionada informação requereu isenção de taxa de conservação, tarifa de saneamento e colocação de contador, necessitando ainda da execução de ramal para distribuição de água à rede pública até 3 metros.-----

-----Depois de analisado o pedido, nos termos do artigo 47.º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, solicitam que o munícipe usufrua das prestações de serviços previstas no art.º 42.º e das isenções previstas nas alíneas a) e c) do artigo 46.º do citado regulamento.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o munícipe da taxa de conservação, tarifa de saneamento e colocação de contador, bem como a execução de ramal até 3 metros, nos termos do art.º 42.º**

**e alíneas a) e c) do artigo 46.º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

-----Ausentou-se desta reunião o Senhor **Vereador Victor Santos**, eram 12h35m. -----

-----**7.3 ASSUNTO: ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO E TARIFA DE SANEAMENTO, COLOCAÇÃO DE CONTADOR - NOVOS PEDIDOS** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 1303, datada de 12/4/2013, dando conhecimento da listagem, constante da supra mencionada informação, relativa aos munícipes que requereram isenção de taxa de conservação, tarifa de saneamento e colocação de contador.-----

-----Depois de analisados os pedidos, nos termos do artigo 47.º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, solicitam que os munícipes usufruam das isenções previstas nas alíneas a) e c) do artigo 46.º do citado regulamento. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar os munícipes, da listagem, constante da presente informação técnica, a taxa de conservação, tarifa de saneamento e colocação de contador, nos termos das alíneas a) e c) do artigo 46.º do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.**-----

-----**8. INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL** -----

-----**ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O INSTITUTO DO CINEMA E AUDIOVISUAL, ICA-IP E A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente minuta do protocolo a celebrar entre o Instituto do Cinema e Audiovisual, ICA-IP e a Câmara Municipal de Celorico da Beira. --

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre o Instituto do Cinema e Audiovisual, ICA-IP e a Câmara Municipal de Celorico da Beira, no qual os outorgantes acordam colaborar entre si e desenvolver esforços conjuntos para o desenvolvimento de ações culturais de exibição de obras cinematográficas nacionais, apoiadas pelo ICA, destinadas a promover o cinema português, no âmbito da iniciativa *Cinema Português em Movimento*.-----

-----**9. QUARTA ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2013**-----

-----Sobre o assunto foi presente informação da Secção de Contabilidade, datada de 19/4/2013, com registo interno n.º 1417, cuja cópia se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a 4.ª alteração ao orçamento de 2013.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:40h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----